LÍNGUA BRASILEIRA
[INTRODUÇÃO]

EDGARD SANCHES

Em: SANCHES, E. **Língua Brasileira**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. pp. 23-42.

Algumas das afirmações que se encontram nestas linhas e nas páginas deste trabalho encherão talvez de grande mágoa e revolta o espírito daqueles que se afeiçoaram a pensar com os critérios de uma tradição estruturada em fundamentos artificiais, feitos de convenções a que a inércia do hábito emprestou uma aparência de sólida realidade.

A verdade, porém, não se escreve com a tinta dos nossos desejos, nem com a dos interesses de escolas e sistemas.

A história da ciência registra a existência de teorias que se tornaram clássicas, e nunca puderam provar as suas asserções. À força de serem repetidas, adquiriram fama e autoridade. Mais tarde, os factos vieram demonstrar que eram falsas.

Foi o que verificamos, em larga escala, no conjunto das doutrinas e lições que os nossos *clássicos* e *puristas* têm escrito e ensinado.

Nem se acredite na eternidade dos métodos e dos conceitos que algum dia nortearam a crítica, a filologia, a gramática e a linguística.

Os mais hábeis e mais seguros investigadores do pensamento científico apuraram que não há lugar para a perenidade de métodos. A fertilidade das normas de investigação científica não dura sempre. Qualquer discurso sobre o método é expressão do momento. A esta contingência não escapam também os conceitos. Com o tempo, envelhecem e caducam.

As páginas deste livro não foram escritas para os especialistas das cousas de linguagem. Não constituem a exposição de uma teoria nova ou de pesquisas originais. Confrontam factos, ideias, doutrinas, formulam relações entre eles, e dentro das mais rigorosas condições do espírito científico lavram as consequências lógicas.

O que escrevemos destinava-se a um *parecer* acerca de um projeto legislativo, que mandava dar ao idioma falado no Brasil, à língua nacional, a denominação de *língua brasileira*.

Dirigíamo-nos a um corpo de natureza política, a uma assembleia constituída da maneira mais heterogênea, com relação a valores intelectuais especializados. E se entre os seus pares havia alguns com largo conhecimento dos problemas da linguística – verdadeiros doutos – a grande maioria, entretanto, não possuía estudos particularizados.

Não era possível, destarte, evitarmos a discussão de assuntos e questões já longamente sabidos por todos os que têm dedicado a sua atividade a esse ramo dos conhecimentos humanos.

Se houvéssemos de escrever um livro, outra seria também a feição destas páginas. As citações não seriam tão estendidas e derramadas. Estariam em resumo, acompanhadas apenas das referências necessárias para a verificação da sua fidelidade. Mas em cousas da natureza de um *parecer*, é indispensável que o autor justifique a sua opinião, com as dos mais peritos, apresentando-as nos seus próprios termos. É preciso, embora com prejuízo da forma, sobrecarregar a dissertação com estiradas transcrições, de maneira que fique de logo patente não ter havido a menor alteração na urdidura do pensamento exposto. Em observância à chamada *lei do contexto*, tornamos alongada a explanação das teses discutidas. Mais do que nunca devíamos seguir a lição dos que entendem que em trabalhos desta espécie não podemos pedir que nos acreditem sob palavra.

Tomando em apreço as críticas que nos círculos dos competentes se levantaram, entre nós e na outra banda do Atlântico, contra a ideia de darmos à nossa língua o nome de brasileira, pensamos de bom aviso trazer ao estudo da matéria, o elemento histórico dessa aspiração nacional, que se começou a delinear nos primeiros anos da Independência e se veio pelo tempo afora avolumando nas obras de alguns dos nossos maiores espíritos, em diametral oposição às lições dos que sempre timbraram em manter e consagrar o primado da língua portuguesa, esforçando-se por sufocar nas páginas dos seus compêndios e trabalhos a vida do idioma que aqui se formou ao contato da nossa natureza, dos nossos costumes, das atividades das nossas populações, dos nossos sentimentos, ao sopro da nossa própria alma.

Não podíamos, entretanto, limitar a esse aspecto o nosso estudo, e força era fazê-lo também através de outros prismas.

Discutimos o idioma brasileiro à luz da ciência da linguagem. Com os seus critérios, as suas leis, os seus valores.

Fomos obrigados a fazer a revisão de alguns conceitos e pontos de vista, os quais, de há muito, sofreram profunda modificação, graças às indagações de notáveis pesquisadores, e, no entanto, continuaram a inspirar as doutrinas dos nossos filólogos e gramáticos e, infelizmente, formam o arcabouço do ensino da língua em nossa terra.

Empreendemos assim o indispensável ajustamento desses conceitos ao seu atual conteúdo. Aplicamos a esses pontos de vista a crítica dos mestres.

Entre nós, sistematicamente, não se tem dado às verdades da linguística, da gramática e da filologia contemporâneas o devido valor.

Procuramos pôr em relevo essas cousas sabidas de todos, mas, ao cabo das contas, sempre esquecidas. São elas, no entanto, que devem balizar a investigação. Elas é que apontam as condições em que se podem ver na sua verdadeira natureza os *conceitos de dialeto e de língua, a história da língua portuguesa, a escrita e a vernaculidade dos clássicos lusitanos, a escrita da arte, a língua brasileira*.

Cotejamos as noções, as teorias, os factos da nossa realidade linguística, com as opiniões daqueles que negam ao nosso idioma individualidade, autonomia, e insistem em impor-nos as normas da gramática portuguesa.

Mostramos, nas suas mais ásperas arestas, quanto de incoerência se tem perpetrado nos trabalhos dos nossos *clássicos e puristas*. Doutrinas que afirmam uma cousa e factos que clamam invencíveis contra elas.

Traçamos um quadro em que o real e as ideias se desdobram na sua exata perspectiva.

Examinamos os critérios à face dos quais podemos falar da existência de uma *língua brasileira*.

As línguas não são uma *substância*. Têm realidade somente nos indivíduos que as falam.

Entre as maiores influências que nelas podem atuar, nenhuma iguala à do meio. Diante desta, a da própria hereditariedade acaba por desaparecer.

Estudamos a diferenciação de uma língua em territórios separados. A bifurcação é consequência inevitável. Contra a descontinuidade geográfica não valem esforços.

Anotamos a velocidade com que evoluem as línguas. A linguística não conhece prazos certos e definidos para a evolução dos idiomas. A relatividade do tempo é completa. Uma língua pode levar muitos anos em alterar-se lentamente, e pode também em curto lapso apresentar grandes modificações. As circunstâncias imperam soberanas.

Nas páginas dos mais altos expoentes da linguística apuramos a supremacia da *língua falada*. É ela "a única verdadeira língua" e a "norma pela qual todas devem ser medidas".

Assinalamos a relevância do elemento fonético, através do qual se formou no latim o idioma português e os outros idiomas românicos.

Salientamos o papel do vocabulário, onde, no dizer dos entendidos, melhor se faz sentir nas línguas a ação dos fatores externos. Nele é que se manifestam, ao vivo, os costumes, as crenças, a cultura inteira de uma nação. Nele se estampa o "caráter" de um idioma.

Duas línguas que divergissem totalmente apenas no léxico seriam forçosamente duas línguas diversas e distintas. Na diferença do vocabulário estará sempre uma dissimilhança entre duas ou mais línguas. O grau de semelhança, resultará, no particular, da maior ou menor igualdade de vocabulário.

O nosso vocabulário, formado aqui, é talvez mais numeroso que o de Portugal. Comunica à nossa língua uma fisionomia própria que a torna inconfundível com a portuguesa.

Averiguamos que o *ideal linguístico* está naturalmente no porvir. "A propriedade da linguagem, a pureza da expressão", se encontram, segundo a linguística de hoje, no falar dos contemporâneos. A filologia relegou para a obscuridade dos erros a doutrina sentimental que timbrava em considerar a língua do passado como o padrão supremo das boas normas.

Para o estudo do idioma brasileiro fomos buscar também à ciência dos dialetos o material próprio. Fizemos passar os factos da nossa linguagem pelos prismas da dialetologia. Analisamos as doutrinas, as opiniões que entre nós e em Portugal se têm sustentado com relação ao assunto. E se escritores nossos têm negado a existência do nosso dialeto, espíritos mais sensíveis à evidência empreenderam até o seu estudo. Não é apenas o dialeto brasileiro que reclama a atenção dos que pensam sem preconceitos. Os nossos subdialetos já inspiram trabalhos de valor.

A distinção entre *língua* e *dialeto*, fizemo-la com a ciência dos mais doutos.

Verificamos a inteira impossibilidade de os distinguir, se os quisermos estremar à luz de critérios exclusivamente linguísticos.

Só os dialetos são uma realidade na vida da linguagem.

Conquanto possamos chamar língua a qualquer "corpo de expressões que serve de instrumento e de meio de comunicação do pensamento a uma sociedade por mais pequena e mais humilde que seja", a ninguém lembraria, fora de uma página técnica, chamar *dialeto* ao idioma de um país.

Por virtude apenas política deixa um dialeto de ser *dialeto* para ser considerado *língua*. Dialeto de nação soberana é *língua*. Da mesma sorte torna uma língua à condição de *dialeto* quando a gente que a fala deixa de formar uma nação soberana.

A nossa língua nacional é um dialeto do português. A filologia portuguesa, de há muito, não a tem noutra conta. Mas o nosso dialeto é o idioma de um povo livre e soberano. Da nossa soberania política resulta a independência do nosso dialeto. O *dialeto brasileiro* é a *língua brasileira*.

Da legitimidade de denominar língua brasileira o idioma do Brasil, dá-nos a própria história da língua portuguesa a mais cabal das justificações. Malgrado a opinião contrária de certos filólogos portugueses, na qual se percebe vibrar nas entrelinhas o ponto de vista patriótico apenas, pois veem as cousas agora, depois de existir no povo português uma forte e longa consciência de nacionalidade, a língua portuguesa é um dialeto do galego.

Graças à intensa luz derramada sobre esse aspecto do idioma de Portugal, através das páginas da história do país, pelos seus mais eminentes escritores, sabe-se que esse idioma nascera na Galiza, da qual a terra que foi mais tarde o condado de Portucale fazia parte até que se deu a "desmembração artificial".[1]

[1] Teófilo Braga, *Trovadores Galaico-Portugueses*, págs. 72 a 73.

A verdade histórica nos dá o testemunho de como a chamada língua portuguesa não resultou de um fenômeno essencialmente linguístico, mas a sua individualidade foi apenas consequência do curso dos acontecimentos políticos na Península.

Os factos, na transparência da sua objetividade, demonstram que a nação portuguesa não teve, dentro da necessária relatividade, uma língua própria – criação exclusiva da sua gente, através de transformações diretas na dialetação do latim, no condado ou no Reino de Portugal. A língua do povo português deriva do dialeto galiziano, o qual por tanto tempo foi a língua, o romance da plebe e da corte. Nele os poetas escreveram os primeiros monumentos da literatura lusitana.

Da consideração desses factos, quer de ordem histórica, quer de natureza linguística, sucede que no exercício de idêntica soberania com que Portugal constituiu a autonomia do seu idioma, paralelamente à sua independência política, temos nós o mesmo direito de nos conferirmos a emancipação do nosso idioma em face do idioma de Portugal.

E mais ainda releva salientar que, do ponto de vista da filologia comparada, muito maiores são as diferenças entre a língua brasileira e o idioma português, do que as existentes entre o galego e a língua falada em Portugal na Idade Média, porquanto do século XII ao século XIV A LÍNGUA PORTUGUESA É A MESMA GALEGA. Só no século XVI é que o português se diferençou completamente do idioma da Galiza. Ainda no século passado era observada a existência de frases e estrofes galegas cuja linguagem se distinguia do português tão somente por "variantes fonéticas secundárias" – a "coloração particular da pronúncia". Ainda hoje, em face de alguns documentos medievais, não pode o filólogo decidir se está em presença do idioma da Galiza ou de Portugal.

Não pode haver privilégios. Portugal tem um idioma individualizado politicamente desde o século XII, quando a sua língua era ainda o próprio galeziano. Os brasileiros têm idêntico direito de chamar *língua brasileira* ao idioma que falamos.

Não podem ser aplicados critérios antagônicos. A factos equivalentes, em igualdade de condições, impõe-se igualdade de juízos.

Por que é lícito aos filólogos e gramáticos portugueses compreenderem sob a denominação de língua portuguesa, o idioma galego, falado e escrito em Portugal no século XII, de cuja centúria datam eles a carta do nascimento da *língua escrita*, e não podemos nós considerar do mesmo modo o nosso idioma, denominando-o língua brasileira?

Somente o desconhecimento da história da língua ou a má-fé podem levar à negação desses factos meridianos, dessas consequências impostas pelas operações mais elementares da lógica.

Noutro setor, mostramos também que não colhe o argumento dos que, considerando as profundas semelhanças entre o nosso idioma e o português, entendem que a língua nacional é a portuguesa.

Do ponto de vista da ciência filológica, todas as línguas românicas são latim. Com rigor científico, o português é latim. Ensinam os mestres em Portugal que se não deve dizer que um vocábulo português *vem* do latim. A palavra portuguesa é ainda a mesma palavra *latina*, numa das fases da evolução da língua do Lácio.

Nenhum capítulo da nossa filologia está mais cheio de artificialidades, de preconceitos, de convenções que atentam contra a verdade, a crítica e a história, do que o concernente aos clássicos portugueses e à preocupação de elevar a sua escrita à condição suprema de padrão intangível no domínio das nossas letras. Contra essa maneira de pensar se erguem as normas da arte de escrever, a vida e a evolução das línguas, toda a força irresistível das cousas naturais.

Um dos aspectos mais curiosos da história da língua é o que se refere à vernaculidade. Nada mais extravagante do que os critérios adotados no que tange às normas da "boa e genuína e sã linguagem". A escrita dos *clássicos* não teve nunca a pureza, a vernaculidade que os devotos admiradores lhe têm emprestado. A própria língua portuguesa nunca teve, em tempo algum, esse espírito castiço.

O português formou-se do latim popular – o elemento predominante –, do germânico e do árabe. E desde o século XI ao século XIII, desde os primeiros tempos do condado portugalense, grande foi a influência do francês e do provençal, não só no vocabulário como na própria fonologia.

Consoante a lição da filologia, nos velhos textos portugueses verifica-se o asserto de que as línguas românicas, na sua sintaxe, muitas vezes se inspiraram mais no alemão e no grego modernos do que no latim antigo.[2]

Com grande dificuldade poderão os puristas conciliar o seu ideal com uma língua que ao nascer era "um resumo, ou compêndio de várias línguas, adotando uns vocábulos, antiquando outros, e fazendo próprias muitas vozes, e frases de Gentes, talvez mais diversas no Idioma, que distantes no Clima".[3] Língua que a ouvidos espanhóis já soava nos seus primeiros tempos como latim com mescla de francês.[4]

Se aplicarmos aos escritores do século XVI os critérios hoje em voga entre os nossos *puristas*, foram os clássicos os grandes *corruptores* do idioma vernáculo. Criaram a mãos cheias neologismos transplantados do latim erudito, e alatinaram artificialmente a própria sintaxe.[5]

Para os nossos *clássicos* e *puristas*, para os que combatem o neologismo, "as inovações injustificadas"; para os que entendem que os neologismos desnecessários corrompem a vernaculidade, a pureza da língua, não há no idioma português maiores *corruptores* que os clássicos. Por obra deles foram criados, em barda, vocábulos eruditos para exprimir a mesma cousa que as palavras de formação popular. O léxico foi invadido pela praga do cultismo. E palavras que nunca haviam passado pela boca do povo entraram em profusão no vocabulário da literatura. A sintaxe foi artificialmente imitada do latim

[2] Said Ali, *Dificuldades da Língua Portuguesa*, pág. 294.
[3] Viterbo, *Elucidário*, pág. XXI.
[4] B. Aldrete.,*Del Origen y Principio de la Lengua Castellana*, 1613, Lib. I, Cap. XXII, folha 33 (verso).
[5] Veja-se Said Ali, *op. cit.*, pág. 311.

literário. Substituíram a ordem direta que lhe era nativa, pela ordem indireta copiada dos livros dos Cíceros e Virgílios.

Fascinados pelo espírito do Renascimento, e na ignorância de como se formara a língua portuguesa, cuidaram, erradamente, os clássicos que na bitola do latim literário se encontrava a índole da língua falada na terra de Portugal.[6]

A gramática portuguesa corrompeu-se também, tornando-se um eco da gramática latina. Pelas páginas das letras latinas, compuseram e afeiçoaram as páginas quinhentistas. Ao espelho dos clássicos latinos debuxaram os portugueses as telas da sua escrita. A verdadeira linguagem lusitana foi abandonada. A aristocracia a considera-lá na sua forma nativa, nos seus modismos, na sua estrutura, na sua força estuante de vida e de liberdade. Vazar a linguagem nos moldes da oficina romana era o ideal em que porfiavam as penas.

Esse movimento para alatinar artificialmente as línguas não é caso único na vida das literaturas. Igual fenômeno se processou em França, onde, no mesmo século XVI, os maiores escritores lavraram uma linguagem toda feita da cópia dos clássicos de Roma. A reação, porém, que se fez no século XVII determinou que se abandonasse tal rumo. E a língua francesa autêntica retomou, em grande parte, o curso natural.

Em Portugal, porém, apesar de se haver formado uma corrente contra o que chamaram "traição à língua pátria", o movimento de restauração da linguagem portuguesa genuína foi despedaçado pela torrente do latim literário que a senhoreou inteiramente.

Em nossa maneira de pensar, não condenamos os clássicos por haver buscado ao latim os elementos para a escrita portuguesa.

Tudo o que dissemos tem em vista, apenas, mostrar a fragilidade dos argumentos daqueles que sonham com uma pureza de linguagem que os clássicos nunca tiveram.

Achamos que a eles deve a língua um desenvolvimento que, de outra forma, não teria alcançado naturalmente no mesmo lapso de tempo.

Nos clássicos da Antiguidade encontrava o século XVI as grandes criações literárias. Lamenta-se na Itália que Dante houvesse escrito em italiano. A língua da inteligência humana era naquele tempo o latim. No latim estava escrito o pensamento científico. A filosofia falava latim. Só em meados do século XVII é que se impõe definitivamente a ideia que o melhor idioma para o escritor é a língua materna. Os eruditos, porém, continuaram a escrever em latim até fins do século XVIII.

Nada mais natural que os homens de letras portugueses molhassem a pena no vocabulário e na sintaxe latina. O facto em si nada tem de censurável. O que se não pode harmonizar com ele, porém, é o louvor e a admiração da vernaculidade.

Longe de nós, portanto, a ideia de negar a arte que os clássicos de Portugal puseram na tarefa de galvanizar o idioma em banhos de latim literário, e a beleza que alguns comunicaram às suas obras. Mas a não ser que nos queiramos divertir com as

[6] Ribeiro de Vasconcellos, *Gram. Hist.*, pág. 25.

palavras e os termos, essa escrita clássica poderá ser tudo, menos português genuíno e puro, menos vernácula, porque vernáculo "é o que é próprio do país", e língua vernácula "é o romance da terra, a língua vulgar nela".

Do exposto se vê, claramente, que em matéria de linguagem não corresponde ao espírito dos clássicos, nem à sua maneira, essa preocupação de purismo que tantos cuidados e revoltas acende na pena dos seus copiadores. Os clássicos não tiveram o seu vocabulário, nem a sua sintaxe, fiscalizados pela *alfândega* dos gramáticos. Ao contrário, a mais notável das artinhas de linguagem portuguesa no século XVI não procurou inspirar-se no falar vernáculo para formular as regras do discurso. Copiou-as da gramática latina.

Fazer como os grandes escritores do século XVI, ou os clássicos portugueses, é afeiçoar a linguagem às necessidades do tempo. É transplantar para a escrita a expressão peregrina quando melhor satisfaz as exigências da ideia.

No mesmo Portugal, mais tarde, a pureza dos castiços ficou reduzida apenas ao horror do *galicismo*. O cordão de isolamento passa nas fronteiras dos Pirineus. Não se opõem os cultores da *soi-disant* escrita vernácula, aos espanholismos, aos italianismos, etc. E houve até, dos maiores clássicos portugueses no século XIX, quem achasse que esses últimos eram legítimos porque, no seu entender, os italianos eram mais vizinhos "do pé da porta" que os franceses!

A verdade é que há uma grande ingratidão nessa ojeriza seródia à língua da França. A ela muito deve a arte literária, a poesia e a própria língua portuguesa. Basta pensar na influência da poesia provençal no *romance* das canções. Foram os *trobadours* que ensinaram a Península a cantar. Foi a língua da Provença que deu ao idioma falado em Portugal a doçura e a sonoridade. A música dos versos do sul da França encheu a linguagem de beleza e melodia, e iniciou a palavra portuguesa na expressão literária dos mais delicados sentimentos da alma humana.

Mas em se tratando da pureza da linguagem, disse um grande sabedor dessas cousas, entre nós, tanto faz *latinismos* como *galicismos*. Tudo é estranho e alheio.[7]

Essa obsessão de *purismo*, esse "purismo inquisitorial", que ficou nas letras *vernáculas* portuguesas como "herança do latim fradesco", já são considerados em Portugal "uma especialidade quase lusitana". Contra eles reagem grandes escritores. E aquele a quem chamaram "o mais opulento dos clássicos portugueses" justificou que se escrevesse à francesa, em desacordo com a "velha legislação da linguística extremadamente lusa dos Souzas, e Bernardes, e Filintos".[8]

A lição dos puristas é contrária à ordem natural das cousas. A questão de pureza idiomática não pode harmonizar-se com a universalidade do pensamento, as condições da vida entre os povos; não se concilia com a civilização cujos valores se propagam intensamente por toda parte.

---

[7] Said Ali, *op. cit.*, p. 4.

[8] Camilo Castello Branco, Prefácio do *Grande Dicionário Contemporâneo Francês-Português* de Domingos de Azevedo.

Mas se era legítimo, no século XVI, aos clássicos portugueses ir buscar o latim para satisfazer as necessidades do seu pensamento e da sua escrita, porque naquele tempo em latim se lavravam as atas do espírito humano, igualmente legítimo e certo é buscar hoje às línguas da ciência e da cultura contemporâneas o material próprio para tratar os problemas do pensamento e as criações da arte.

Tão acertado foi carrear do latim, como hoje é certo pedir ao alemão, ao inglês, ao francês etc.

No século XIX não era mais no idioma latino que se encontrava o foco da inteligência e do saber.

A função de pensar pela espécie e constituir-lhe a cultura passara a se exercer nas línguas dos povos da França, da Alemanha, da Inglaterra e da Itália. Nelas é que o espírito humano falava aos pensadores e artistas.

A mesma atração que as letras latinas haviam antes exercido, cabia, então, aos grandes centros contemporâneos da ciência, da filosofia e da arte. Haveriam necessariamente de experimentar os idiomas dos outros povos, a influência irresistível das línguas em que as ideias recebiam a sua expressão verbal.

Não são dignas de menor reparo as cousas que dizem respeito ao próprio conceito de clássico. É sabido que se não procurou definir o termo de acordo com o conceito universal da literatura. Este conceito foi substituído por outro inteiramente artificial.

A independência da literatura, a perfeição da língua, o cunho nacional, que no entender da crítica literária constituem, pela sua convergência, o caráter da obra clássica nas grandes civilizações, nos chamados períodos áureos das suas letras, não se encontram juntos nas letras clássicas portuguesas. Apenas o elemento nacional dá o seu colorido. A imitação das grandes correntes literárias de outros povos imperava soberana no seu prestígio. O nacionalismo não a libertara dessa triste dependência. *O idioma também não havia atingido ainda as sutilezas e os matizes do pensamento filosófico, nem a precisão tecnológica da língua científica.*

Nesse famoso período áureo, a língua portuguesa não havia ainda adquirido as qualidades necessárias para ser utilizada como instrumento dos grandes temas da inteligência especulativa.

O século XVI, considerado entre nós, ainda hoje, pelos nossos *clássicos*, "a idade de ouro" da língua e das letras portuguesas, deixou, há muito, de ter em Portugal, nas melhores páginas da crítica, esse esplendor. O mais ilustre dos críticos portugueses, entre os contemporâneos, fulmina, com grande senso literário, essa desarrazoada admiração, qualificando o século XVI na literatura lusitana de "abortado e infecundo".[9]

Nós, porém, mais realistas do que o rei, continuamos a insistir no chavão já desprestigiado!

As nossas questões de linguagem têm sido estudadas a uma luz imprópria. Pelos vidros deformantes da gramática portuguesa é que habitualmente se tem considerado a

[9] Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Clássica*, p. 408.

língua brasileira. Em hipótese alguma pode caber, no caso, a palavra a uma disciplina normativa. Mas é dessa maneira inadequada, destituída de qualquer valor, do ponto de vista da ciência, que os nossos gramáticos estudam a matéria.

São os gramáticos os mais arraigados em fazer vigorar entre nós o idioma português. São eles os maiores responsáveis pelo descaso em que ficaram mergulhados e perdidos, entre as cousas inúteis, os fatos da nossa linguagem.

Copiam servilmente a gramática portuguesa. Repetem, com ênfase e imensa vaidade, as regras e regrinhas das gramáticas de Portugal. Forçam o nosso idioma nos moldes da escrita clássica dos séculos XVI e XVII. Contam os nossos expressivos modos de dizer, como erros, nódoas e cincas, no "donairoso idioma". Sufocam todas as nossas formas originais no garrote dos exemplos clássicos. Anatematizam, flagelam, excruciam, na sua famigerada "boa linguagem", despedaçam, na *estrapada vernácula* do idioma português, todas as manifestações da nossa sensibilidade, do nosso ouvido, em cousas da nossa mais genuína maneira de falar, de nos exprimirmos brasileiramente. São os nossos gramáticos os grandes culpados da escravidão, sob o peso de cujas cadeias têm vivido, num arfar de peito opresso, as grandes energias criadoras do nosso gênio linguístico. São eles que têm desprezado a pujança da língua popular, que irrompe, forte, viva, numa caudal maravilhosa, cheia de naturalidade, de riquezas idiomáticas, que alargam o vocabulário, transformam a sintaxe, e exprimem, na sua brasilidade, a feição do nosso modo de pensar e de sentir.

A gramática, tal como entre nós se tem praticado, apresenta aos olhos do observador um quadro de incoerências. As ideias estão em violento conflito com os factos. As páginas dos compêndios formulam regras na mais flagrante violação dos princípios, conceitos e definições adotados ao assentar das bases. As noções mais elementares da lógica encontram na exposição dos seus capítulos uma verdadeira câmara de tortura.

Quanto à estrutura lógica das nossas gramáticas, basta-nos reproduzir o reparo de um dos nossos mais doutos mestres: "Os nossos gramáticos depois de assentarem que registram factos criam regras inflexíveis".[10]

O estudo da língua, tal como é tradicionalmente feito entre nós, é também sempre incompleto. A vida da linguagem não é encarada em alguns dos seus aspectos principais. É o estudo do idioma pela metade. As nossas gramáticas cuidam unicamente da língua na sua feição discursiva. É a velha e insuficiente concepção nascida nos capítulos da lógica formal.

Com exceção de bons escritores, em páginas muito recentes, os trabalhos que há mais de 30 anos renovaram inteiramente o estudo dos idiomas permanecem inteiramente ignorados ou desprezados dos nossos especialistas.

Queremo-nos referir ao estudo desse "*aspecto da vida psíquica que os linguistas têm geralmente desconhecido*": o "*aspecto emocional ou afetivo*", que tão intensamente se manifesta nos idiomas; o "valor afetivo dos factos de linguagem organizada e a ação

[10] Said Ali. *Dificuldades da Língua Portuguesa*, pág. 81.

recíproca dos factos expressivos que concorrem para formar o sistema dos meios de expressão de uma língua".

Houvéssemos nós já aplicado esses critérios, e de há muito haveriam os nossos gramáticos percebido claramente a existência de uma língua brasileira. Mas essa falha – acompanhada dos preconceitos da ortodoxia clássica do quinhentismo e do seiscentismo, e da submissão aos recta-pronúncias portugueses, a mandarem pela mala do correio as formas lídimas da língua que deve ser falada entre nós – tem impedido que os gramáticos brasileiros escrevam uma gramática brasileira.

Outro ponto que analisamos nestas páginas é o da "superstição visual", isto é, o erro de considerar-se como a legítima expressão da língua, a *língua escrita*, ou mais rigorosamente, a *língua literária* (hoje ninguém mais as confunde). Só através dela, e o que é pior, tal como a escreveram e a escrevem os portugueses e os seus imitadores, têm os nossos gramáticos estudado o idioma. Acrescente-se ainda o facto de que essa língua de papel carbono é no Brasil puramente artificial. Não a fala o povo, nem os que a escrevem a força de canseiras e vigílias sobre as páginas quinhentistas.

Mas do infrutífero trabalho dos nossos gramáticos, subordinando a nossa linguagem aos cânones da gramática portuguesa, temos a prova no idioma que aqui vige e vive, formado da evolução em nossa terra da língua dos colonizadores, sob as influências do tupi e dos dialetos africanos que para cá vieram com os escravos, idioma que todos falamos, em desacordo com as gramáticas feitas à portuguesa, e muito diverso do idioma que hoje se fala em Portugal.

O artifício dos nossos clássicos falhou. A língua brasileira retomou os seus direitos na literatura: no romance, no conto e na poesia. São páginas de arte, de emoção e de beleza, onde o sentimento estético se traduz nos módulos e na riqueza da nossa gama verbal.

Levando em linha de conta que a *Réplica*, de Rui Barbosa, pode ser considerada o padrão da doutrina clássica, a lição suprema da linguagem *vernácula* para os puristas – alcorão dos partidários da soberania do idioma português nas nossas letras – submetemos ao gume da crítica os fundamentos que lhe alicerçam os preceitos e doutrinas. Analisamos as suas lições acerca do dialeto e da vernaculidade, dos neologismos e da escrita literária.

Não cabe à justa nos conceitos da linguística e da estética das letras o que se encontra estampado nas páginas da *Réplica*. Não é possível negar, como ali se pretende, a existência do dialeto brasileiro. Não é aceitável a opinião que a vernaculidade do nosso idioma nacional seja a mesma da língua portuguesa. Outra é a terra, outra é a gente, outra é a língua. O alamiré do ouvido português não pode ser o diapasão da nossa eufonia vocabular.

Nada na ciência da linguagem, nem na história das literaturas, impõe que nos não possamos afastar da escrita dos clássicos portugueses quanto à estrutura e os valores da nossa gramática. A ordem natural das cousas é o perpétuo devir. O próprio gênio das línguas não permanece o mesmo. O povo, os escritores lhe modificam as linhas, as nuanças, os claro-escuros. É a lição dos doutos. Só nos idiomas empalhados, nas línguas mortas pode ele estacionar. E ainda assim, algumas vezes a literatura é capaz de insuflar-

lhe vida nova, transfigurando-o nas suas páginas. O latim místico do cristianismo é um exemplo magnífico. Os doutores da Igreja afeiçoaram ao seu pensamento religioso à língua pagã dos Cíceros e dos Horácios. E há quem julgue aquele latim transfigurado mais belo que o dos clássicos de Roma.

Não se harmonizam com a lição da filologia as ideias sustentadas na *Réplica* acerca dos neologismos. É todo um capítulo ao arrepio da verdade literária. O que a inteligência clara do problema indica é, como já se escreveu, que se condenem apenas os maus neologistas. A criação de palavras, de neologismos de significação e de construção é cousa inteiramente legítima, fora das condições que a *Réplica* estabelece.

Os critérios para a aceitação dos neologismos têm variado com o tempo, os escritores e as correntes literárias. Em certos casos tudo dependerá do subjetivismo do escritor, principalmente em se tratando da obra de arte, porque a escrita do artista é uma refração do idioma através do seu espírito. Só ele lhe percebe as falhas, as imprecisões, os desequilíbrios, as insuficiências, a incapacidade para exprimir as nuanças do seu pensamento e da sua sensibilidade.

A doutrina literária da *Réplica* é falsa. A escrita da Arte não está sujeita aos mesmos preceitos que a redação das leis. Um *código* não é uma criação de Arte. A poesia, a prosa artística, as mais altas manifestações das grandes formas de expressão verbal estética não podem ter como padrão literário da sua linguagem, do seu estilo, a *escrita legislativa*. É muito diversa em ambas a estrutura do pensamento, a finalidade da técnica, a urdidura da frase. Nas primeiras dominam os valores da estesia. Valores *afetivos*. Valores de "*expressão*". Na linguagem das leis imperam os valores *intelectuais*. Valores de "*fórmula*". Valores *lógicos*. A última é uma "língua especial", de feições rígidas, é a língua jurídica". A linguagem das artes da palavra é, como a própria Arte, a manifestação da liberdade. O temperamento do artista é que lhe inspira os movimentos, os ritmos, as construções e o vocabulário. Um código é escrito para ser *compreendido*; uma obra de arte literária, para ser *sentida*. Há um abismo psicológico entre ambos.

Noutra parte mostramos como é perfeitamente justa, legítima e acertada a intervenção do Estado na determinação e na denominação da sua língua oficial, da língua da nacionalidade.

Dessa interferência do poder público no idioma do povo, no idioma do Estado, não escasseiam exemplos, nem na história antiga nem na moderna.

Se levarmos em consideração que a própria "*língua comum*", a unidade idiomática, é uma consequência da ação política, não é possível estranhar o papel de grande relevância que esta desempenha na vida das línguas.

O mais eloquente dos exemplos, entretanto, *é o de casa*, o do português no Brasil. A língua portuguesa só logrou viver aqui graças a um ato do governo metropolitano. Em 1727, por meio de uma *provisão*, foi proibido o uso da "*língua geral*" falada na imensa maioria da população, inclusive os portugueses. Sem a interferência da metrópole, a colônia, o Brasil, não teria falado outro idioma.

A verdade histórica, pois, é que a língua portuguesa foi imposta aos brasileiros por um *decreto* do Estado português.

Em resumo:

Procuramos assentar nas lições da ciência e da história das línguas, a demonstração da existência de uma língua brasileira, que – a despeito de todos os obstáculos, já no domínio da literatura, já no domínio da instrução, já na força dos preconceitos, já na trama das convenções arbitrárias, já no desvirtuamento da história do idioma que os nossos *clássicos* escrevem, os nossos gramáticos apregoam, os nossos mestres ensinam – vive, em toda a sua beleza e pujança tropical, na boca e na pena do povo, nas mais belas páginas da nossa literatura libertada da servidão lusitana, e vive também na boca dos próprios devotos da superstição clássica, purista, à portuguesa.

Houve quem procurasse colocar a denominação de língua brasileira no terreno afetivo com relação a Portugal.[11]

Não nos moveu a este trabalho nenhum desamor à terra dos nossos avós. Ninguém mais do que nós lhe admira a história, a língua que eles nos herdaram e que, modificando, continuamos a nosso modo, criando, com a mesma força de sentimento e a mesma beleza de expressão, outros moldes de linguagem.

Mas entre o reconhecermos e proclamarmos todas as grandes qualidades do idioma português, e aceitarmos a identidade das línguas lusitana e brasileira, vai uma impossibilidade, que os factos linguísticos estabelecem, a ciência da linguagem assegura e a consciência do nosso idioma torna invencível.

Rio, Outubro, 1938.

ÍNDICE

CAPÍTULO I: VELHA CONTROVÉRSIA

I AS OBSERVAÇÕES DO VISCONDE DA PEDRA BRANCA
Antiguidade dos Brasileirismos
Caráter da língua brasileira
A pronúncia brasileira
A expressão dos sentimentos (pág. 3)
O "idiome brasilien"
Brasileirismos de significado

[11] Aureliano Leite. *Língua Brasileira? Não, Língua Portuguesa!*, pág. 30 a 33. Consta o nosso trabalho dos seguintes capítulos: Velha Controvérsia. O vocabulário Brasileiro. A Filologia Portuguesa e o Idioma Brasileiro. Rui Barbosa e o dialeto brasileiro. Dialetologia brasileira. Conceito de dialeto. Algumas noções de linguística. Língua e dialeto. Português e galego. Os clássicos portugueses. Os nossos gramáticos. A *Réplica*. A Língua Brasileira. Neste volume são dados à estampa somente os oito primeiros capítulos. Os restantes sairão a lume em novo tomo.

Influência do tupi

II A CRÍTICA DE VARNHAGEN
Não são idênticas as línguas
A influência do tupi no vocabulário
A influência do castelhano na nossa pronúncia
A independência da nossa literatura
Erro de Varnhagem em limitar ao vocabulário a liberdade do escritor brasileiro

III A "PROFISSÃO DE FÉ" DE GONÇALVES DIAS
Larga visão e descortino do poeta
Demasiado lusitanismo dos nossos censores
A idolatria da frase em Portugal
O direito dos brasileiros na linguagem
"Cerzidores de palavras de lei"
O que se deve chamar clássico
Pobreza do português depois do século XVI
Necessidade de dar novo jeito à frase antiga
Não há deficiência no nosso conhecimento da língua
O valor eufônico do tupi
A linguagem e a nossa extensão territorial
Cuia é tão clássico quanto porcelana
A regra da boa linguagem
Não se repreenda a um povo o que geralmente agrada a todos
A língua portuguesa no Brasil
O fraseado brasileiro é diferente do português
A fórmula "não tem remédio"
Musicalidade do ouvido brasileiro

IV O PONTO DE VISTA DE JOSÉ DE ALENCAR
A emancipação da língua brasileira
O dialeto
A lição errada de Pinheiro Chagas
Deficiência do quinhentismo para a língua literária brasileira
Aperfeiçoamento do português no Brasil
O escritor nacional
Aspecto econômico da questão literária
Influência nociva do dicionário de Caldas Aulete na linguagem do Brasil
A ditadura da gramática portuguesa
Brasil "ainda tão pouco nosso"
A investida de Castilho (José)
A fantasia dos pronomes
A verdadeira regra da sua colocação
Legitimidade da maneira brasileira
A composição literária da frase
A música vocabular Shakespeariana
A língua musical de Milton
O elemento musical na Divina Comédia
A lição de Quintiliano

Cicero e o número da frase
Horácio
A escrita dos gregos e a sua notação musical
A língua brasileira no "O Nosso Cancioneiro"
Os cânones do século XVI
Teias de regrinhas
O nosso direito de legislar em matéria de linguagem
A independência da nossa sintaxe
Valor da linguagem popular
A cruzada portuguesa contra a nossa literatura
O diploma de escritor brasileiro tirado em Portugal
Autores emprestados
Resposta aos críticos
As preposições a e em
Correção do uso brasileiro
Artigos e nomes próprios
O possessivo e os nomes de parentesco
O brasileirismo "sinhá"
Importância do tupi
Afastamento do português

V A OPINIÃO DE COUTO DE MAGALHÃES
Não somos nem europeus nem africanos
O cruzamento da língua
Vocabulário, frases, figuras, idiotismos, construções tupis
O português no Brasil está irremediavelmente modificado
Quadras em português e tupi
Evolução do cruzamento: três períodos
A literatura popular

VI O DEPOIMENTO DE BAPTISTA CAETANO
Rascunhos sobre a Gramática da Língua Portuguesa"
A construção da nossa frase não deve ser a mesma da portuguesa
A escrita clássica nossa vale o mesmo que a tradução literal do francês
A vernaculidade brasileira não pode ser a mesma portuguesa
As línguas são diferentes
As incorreções serão modelos de boa linguagem
O valor literário dos dois idiomas dependerá apenas das suas criações
Quanto mais inexplicável pela gramática portuguesa, mais deve ser louvado como vernáculo
O apreço dos escritores incorretos
As influências climatéricas e geográficas Corruptores, os de lá
A missão do gramático
Os "Ensaios de ciência"
A vitalidade da língua geral
Sua influência no nosso idioma
Confusão do pronome recíproco e o relativo no português
O relativo no Abaneenga
O emprego do seu, sua, se, si

"Falemos e escrevamos em brasileiro idioma"

VII A GRAMÁTICA BRASILEIRA DE PARANHOS DA SILVA
"O Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brasil"
Para que os brasileiros ao tornar de Coimbra não sejam confundidos com portugueses
A consciência da não-identidade das línguas
A maneira de falar dos brasileiros não é entendida em Portugal
As diferenças entre a língua brasileira e o português
Quantidade das sílabas, sons das vogais, pronúncia dos ditongos, das terminações, das consoantes
Não são as mesmas as palavras
As diferenças de significado
A influência do tupi
Os pronomes possessivos entre nós e o dativo em Portugal
A colocação do adjetivo
O uso dos pronomes
Legitimidade da maneira brasileira
Os pronomes reflexos; ambiguidade no português
O emprego das preposições de e a
A preferência da preposição a no português
A substituição do particípio presente pelo infinitivo com a "preposição favorita"
A conjunção câ
A interjeição ai
O estilo dos portugueses
A diversidade do gênio de ambas as línguas
A imitação viciosa dos clássicos
O "título" de vernáculo
O que é uma "construção perfeitamente boa"
A influência do francês na clareza do brasileiro
Tradução em brasileiro de duas poesias de Garrett
A influência do castelhano no idioma brasileiro
A questão do dialeto: O brasileiro é o mesmo dialeto castelhano do antigo Portugal
Diferença de origem do brasileiro e do português atual
Se o brasileiro fosse um dialeto do português oitocentista, também não seria a mesma língua
O facto de sermos entendidos pelos portugueses
Ainda a influência do castelhano
A permuta do r e do l
O e mudo
A queda do lh
Palavras do brasileiro, do antigo espanhol e do antigo português

VIII PACHECO JUNIOR E O DIALETO BRASILEIRO
Conceito de dialeto
O exemplo americano
Estranheza da existência dos dialetos portugueses
Como explica a ação das forças naturais nas alterações e as considera corrupções
Atribui a erros de gramática as nossas diferenças linguísticas
Os brasileirismos de significado

Todas essas mudanças têm sua explicação
O nosso vocabulário
A doutrina de Pacheco Junior

IX SILVIO ROMERO E AS TRANSFORMAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA NA AMÉRICA
O idioma luso-brasileiro
Independência da nossa língua
Não se confunde com a portuguesa
A questão do dialeto: problema de crítica, de linguística e de etnografia
Não há língua mais correta do que outra
Um povo fala e traja como quer
As várias faces do problema
A denominação de dialeto brasileiro
Precipitação dos que sustentam a existência do dialeto e também dos que a negam
Insuficiência dos conhecimentos linguísticos de Silvio
Dialeto "sinônimo impróprio de língua"; dialeto forma inferior
Se não temos um dialeto completamente acentuado, marchamos para tê-lo
As particularidades fonéticas e sintáticas
Os brasileirismos
Purismo ridículo
Provincianismos
O nosso léxico
Influência do africano
As alterações fonéticas: A lei de Grimm
A sintaxe
A colocação dos pronomes
"Uma diferença radicalíssima"
O estilo brasileiro
Geografia das palavras

CAPÍTULO II O VOCABULÁRIO BRASILEIRO
Contribuição de inestimável preço
Milhares de vocábulos
PEREIRA CORUJA. COSTA RUBIM
JOSÉ VERÍSSIMO
PAULINO NOGUEIRA
MACEDO SOARES. "Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil, e não como se escreve em Portugal"
O desamor clássico por tudo o que é nosso
O dialeto brasileiro
"Malgrado os ralhos dos críticos lisbonenses" a nossa língua "se vai dia a dia diferençando da portuguesa"
ALVES CÂMARA
BAUREPAIRE ROHAN
Etimologia rica de poesia
ROMAGUERA CORRÊA
O dialeto sul-rio-grandense

CHERMONT DE MIRANDA
BERNARDINO DE SOUZA
RODOLPHO GARCIA
Os provincialismos; a lição de LITTRÉ: AQUILINO RIBEIRO e a literatura regionalista
Origem dos vocabulários brasileiros; sua divisão
As entradas, as bandeiras e a língua tupi
Importância da língua geral
A provisão do governo português de 12 de outubro de 1727
Proibição do uso da língua geral
A contribuição africana
Os subdialetos regionais: suas causas
As zonas subdialetais: sua divisão
AFFONSO DE E. TAUNAY - O léxico brasileiro
"Incomparavelmente mais rico do que o de além-mar"
"O futuro da língua portuguesa está no Brasil"
"Cem mil brasileirismos"
A língua portuguesa e as tecnologias
106 lacunas do Dicionário de CANDIDO DE FIGUEIREDO em três jornais brasileiros do mesmo dia
Fecundidade extraordinária do vocabulário brasileiro
TESCHAUER. O "Novo Dicionário Nacional"
ARTHUR NEIVA. - O rol dos vocabulários de brasileirismos
THEODORO SAMPAIO. - RENATO MENDONÇA. - CLOVIS MONTEIRO

CAPÍTULO III: A FILOLOGIA PORTUGUESA E O IDIOMA BRASILEIRO
Os mestres da linguística portuguesa e o dialeto brasileiro
Na primeira metade do século XVI
JOÃO DE BARROS
O "barbarismo" da linguagem brasileira
No primeiro quartel do século XVIII
CONTADOR D'ARGOTE
Classificação dos dialetos portugueses
Os dialetos ultramarinos. - O brasileiro
A lição de ADOLPHO COELHO
Os dialetos românicos ou neolatinos, na África, na Ásia e na América
O dialeto brasileiro
A dialetação do português
A opinião de THEOPHILO BRAGA. - O "Manual da história da Literatura Portuguesa"
O "Parnaso Português Moderno"
O dialeto brasileiro
JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS. - O "Dialeto Brasileiro". - A primeira monografia sobre o dialeto brasileiro
Estudo da fonologia, da morfologia e da sintaxe brasileira
O dialeto brasileiro na "Esquisse d'une dialetologie portugaise"
Resposta aos críticos brasileiros
"O português propriamente dito e as outras falas que se relacionam com o português"
RIBEIRO DE VASCONCELLOS

Tabela dos codialetos e dialetos portugueses
Os ultramarinos
O dialeto brasileiro
JOSÉ JOAQUIM NUNES - O dialeto brasileiro
MENDES DOS REMÉDIOS - As variedades dialetais do português nos Estados Unidos da América do Sul (*sic*)
Divisão em várias zonas
O dialeto brasileiro
GONÇALVES VIANNA
A colocação dos pronomes à brasileira é no seu entender suficiente para a existência do nosso dialeto
A influência do tupi no léxico, na pronúncia e na sintaxe
As observações de um professor português entre nós
Não falamos o português genuíno
De todos os dialetos do português é o brasileiro que mais importância merece
Consideráveis divergências na semiologia, na prosódia e na sintaxe
A glotologia portuguesa está com a razão

CAPÍTULO IV: RUI BARBOSA E O DIALETO BRASILEIRO
A "Réplica" e o dialeto
Valor literário da "Réplica" e ausência de espírito científico
O dialeto como linguagem dos que "educaram a faculdade da palavra na lição de escritores estrangeiros"; - falsidade desta doutrina
O genuíno fraseado pátrio
O "senso da vernaculidade"
A lição de BRICIO CARDOSO
A vernaculidade brasileira
ALENCAR e o dialeto
A "vergonhosa metamorfose" do português no Brasil
A celebrada "formosa maneira de escrever dos nossos maiores"
A intenção de ofender os modelos clássicos
A lição de DAUZAT
Os literatos portugueses e a língua popular
A atitude dos gramáticos brasileiros
O que é o dialeto brasileiro
Escreva em português quem quiser
A doutrina de CHARLES NODIER
Servidão intelectual
A opinião de JOSÉ VERISSIMO: "É irracional pretender que a língua portuguesa aqui se conserve pura"
Como os franceses escrevem bem (MEILLET)
Uma página de ANTONIO F. DE CASTILHO que RUI esqueceu
RUSKIN e os erros em estilo ciceroniano
A observação de EÇA DE QUEIROZ: "Uma bela frase agradar-nos-á sempre mais do que uma noção exata"
CARNEIRO RIBEIRO e a linguagem da "Réplica"
Justificação do dialeto brasileiro nas próprias páginas da "Réplica"
JOÃO DE BARROS e o critério do ouvido

QUINTILIANO e a autoridade da orelha
O gênio das línguas
Análise da doutrina de RUI BARBOSA

CAPÍTULO V: DIALETOLOGIA BRASILEIRA
VIRGILIO DE LEMOS e "A Língua Portuguesa no Brasil"
O dialeto brasileiro
A questão é de glotologia e não de gramática
Incoerência dos nossos gramáticos
A dialetação no tempo
O "dialeto Caipira" de AMADEU AMARAL
Programa a realizar
Os elementos do dialeto
A fonologia, a morfologia e a sintaxe
Evolução autônoma da nossa linguagem
"O Linguajar Carioca em 1922" de ANTENOR NASCENTES
Dialeto brasileiro e subdialetos
Como se formou o dialeto
A lição de Nascentes na sua "Gramática Histórica"
Evolução do idioma no Brasil
Vida autônoma
A língua dos literatos é um artifício
A "Poranduba Rio-Grandense" de TESCHAUER
O subdialeto Rio-Grandense
"A língua do Nordeste" de MARIO MARROQUIM
Realidade que não exige demonstração
Os subdialetos
O dialeto na literatura
Formação do dialeto nordestino
Bilinguismo de um só idioma
"Desintegração dolorosa de nós mesmos"

CAPÍTULO VI: CONCEITO DE DIALETO
O sentido em que os linguistas entendem a palavra
A lição de MEILLET
A codialetação
As nossas monografias
A lição de VENDRYES
A competência do povo
A consciência do idioma. - A língua tem uma existência real no sentimento que têm em comum todos os que a falam
A lição de SAUSSURE - "Entre os dialetos e as línguas há diferenças de quantidade e não de natureza"
O conceito de dialeto entre nós
Não acompanhamos nem BLUTEAU nem MORAES
A exigência da dificuldade de compreensão
A lição de LEITE DE VASCONCELLOS

A dialetologia científica
O problema dos limites geográficos da dialetação
Erro do critério político na divisão
As fronteiras fonéticas CORNU e D'ASCOLI, MEYER, GASTON PARIS, SCHUCHARDT, LEITE DE VASCONCELLOS
A doutrina de SAUSSURE
O Atlas linguístico de GILLIERON, e o de WENKER para a Alemanha
As isoglossas
O glossema
As linhas iglossemáticas
Ondas de inovação
Uma observação de VENDRYES
A dificuldade para traçar as fronteiras isoglossas no próprio país
As linhas isoglossas não coincidem
Linguistas que negam a existência dos dialetos
A WELLENTHEORIE
Casos em que as isoglossas se superpõem (VENDRYES)
Como falar de uma divisão dialetal (MEILLET)

CAPÍTULO VII: ALGUMAS NOÇÕES DE LINGUÍSTICA
A noção de língua é diversa para o glotólogo e para o purista
Porque não é da alçada dos gramáticos a questão da existência de uma língua brasileira
A linguística não leva em conta as regras da gramática
A evolução dos idiomas no tempo e no espaço
As causas da diversidade geográfica
Uma língua transplantada de uma ilha para outra ilha
O esquema da diferenciação geográfica só é completo quando projetado no tempo
A evolução das línguas na continuidade do território e em territórios separados
A ação do tempo num território contínuo
A diferenciação linguística em territórios separados
A questão do prazo para a evolução, a alteração das línguas
Não tem sentido dizer que não há tempo ainda para a existência de uma língua no Brasil diferente da portuguesa
Uma página de SILVA RAMOS
"A propriedade da linguagem e a pureza da expressão" não se adquirem ao contato da língua do passado
Lição de BALLY. "A língua falada é a única verdadeira língua e a norma com a qual todas devem ser medidas"
"A única língua real e viva que existe"
O papel dos literatos
Os linguistas não podem tomar como tipo de um idioma a língua dos literatos
A lição de DARMESTETER. O papel de um gramático que quer corrigir a linguagem de um francês de Paris
As locuções chamadas viciosas se formaram pelos mesmos processos da língua clássica
A língua falada como a norma soberana nas questões de linguagem
O maior erro em matéria de escrever é pensar que é preciso não escrever como falamos
A escrita longe de fixar a língua é precisamente o que a altera
O mal está em consultar os letrados

A gramática ainda está totalmente presa à escolástica
A ideia que as particularidades da língua falada se resumem em solecismos e barbarismos já teve a sua época
A gramática "escrita" não se explica cientificamente senão pelo estudo da gramática "falada"
Um reparo de JESPERSEN
Como levantar a estatística dos factos da linguagem
A linguagem usual, suas condições
A língua comum
A língua escrita e a língua literária
Os idiomas literários são formas artificiais da linguagem
Do ponto de vista da ciência da linguagem o dialeto artístico não constitui verdadeiramente a língua de um povo
FLAUBERT tinha duas maneiras de escrever
A "superstição visual"
O prestígio da escrita
A língua tem uma tradição oral independente da escrita
Caracteres da língua literária
A língua de RACINE, CORNEILLE, La FONTAINE, VICTOR HUGO, não é o francês; mas as suas deformações sublimes.

CAPÍTULO VIII: LÍNGUA E DIALETO
Diferença entre língua e dialeto
Que caracteriza uma língua?
Cientificamente, não se distinguem língua e dialeto
O conceito vulgar e o literário
Língua, dialeto dos letrados
Relatividade dos conceitos de língua e dialeto
A entidade linguística são os dialetos
Razões por que um dialeto assume o papel de língua oficial e comum
O elemento político; - sua extraordinária importância na vida da linguagem; - dialeto de uma nação com soberania política é língua
Ação do elemento político na unidade da língua nacional
O caso de Portugal: - por que o dialeto de Entre-Douro-e-Minho constituiu o idioma português
Por que o português é hoje forma principal em relação ao galego
Por que o dialeto da Ilha de França se tornou o francês
A língua comum sempre se define por circunstâncias estranhas à linguagem
Como, por contingências políticas, uma língua pode passar a dialeto e um dialeto à condição de língua - O caso do português
A LINGUÍSTICA JUSTIFICA A DENOMINAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA

Obras consultadas para este volume

A. DAUZAT - *La Langue Française d'Aujoud'hui.*

A. HOVELACQUE - *La Linguistique.*
A. MEILLET - *Les Langues dans l'Europe Nouvelle*, 1928.
A. MEILLET - *Linguistique Historique et Linguistique Générale.*
ADOLPHO COELHO - *A Língua Portuguesa.*
ALDRETE (B.) - *Del Origen y Principio de la Lengua Castellana.*
AMADEU AMARAL - *Dialeto Caipira.*
ANTENOR NASCENTES - *O Linguajar Carioca. O Idioma Nacional*, vol. IV.
BALLY (Ch.) - *Traité de Stylistique Francaise.*
BAPTISTA CAETANO - *Rascunhos sobre a Gramática da Língua Portuguesa. Ensaios de ciência.*
BEJARANO (M. M.) - *Literatura.*
BLUTEAU (R.) - *Vocabulário Português e Latino*.
BRICIO CARDOSO - *Tratado da Língua Vernácula*.
CARNEIRO RIBEIRO - *A Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Rui Barbosa.*
CASTILHO (ANTONIO) - *Colóquios Aldeões*.
CÍCERO - *Oeuvres Completes*, tomo 1°. - Brutus.
COUTO DE MAGALHÃES - *O selvagem. Anchieta, as raças e línguas indígenas.*
DAUZAT (A.) - *La Philosophie du Langage.*
EÇA DE QUEIROZ - *O Mandarim.*
EDUARDO CARLOS PEREIRA - *Gramática Expositiva - Gramática Histórica.*
EUGENE BARET - *Histoire de la Litterature Espagnole.*
F. SAUSSURE - *Cours de Linguistique Générale*.
G. MILLARDET - *Linguistique et Dialectologie Romanes Problémes et Méthodes.*
GIACOMO DE GREGORIO - *Manual da Ciência da Linguagem.*
GONÇALVES DIAS - *Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal*, 1921. (Estante clássica, Revista de Língua Portuguesa, vol. VII)
GONÇALVES VIANNA - *Juízo Crítico.* Em *O Problema da Colocação dos Pronomes*, de Candido de Figueiredo. Palestras Filológicas.
GOW E S. REINACH - *Minerva.*
J. J. NUNES - *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa.*
J. RIBEIRO - *A Língua Nacional*.
J. VENDRYES - *Le Langage.*
JESPERSEN (O.) - *L'Individu et la Communanté Linguistique* (Journal de Psychologie Normale et Pathologique), nº. 7.
JOÃO DE BARROS - *Gramática da Língua Portuguesa.*
JOÃO RIBEIRO - *Dicionário Gramatical.*
JOHN RUSKIN - *Las Piedras de Venecia*.
JOSÉ DE ALENCAR - Pós-escrito à 2.ª ed. de *Iracema*.
JOSÉ VERISSIMO - *Questões de Língua Portuguesa - Estudos de literatura* - Sexta Série.

LEITE DE VASCONCELLOS - *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise. Dialetos Alentejanos - Dialetos interanienses - Dialeto Brasileiro. - Estudos de Filologia Mirandesa.*
LITTRÉ - *Dictionaire de la Langue Française.*
LITTRÉ (E.) - *Histoire de la Langue Française.*
MAGALHÃES LIMA, JAYME DE - *A Língua Portuguesa e os seus mistérios*.
MARROQUIM (Mario) - *A Língua do Nordeste.*
MAX MOLLER - *La Science du Langage*.
MAXIMIANO GONÇALVES - *Pontos de Gramática Histórica*.
MENCKEN (H. L.) - *The American Language*.
MENDES DOS REMEDIOS - *Introdução à História da Literatura Portuguesa.*
OSCAR WILDE - *Opinions de Litterature et d'Art*.
PACHECO JUNIOR - *O Dialeto Brasileiro* - (Revista de Língua Portuguesa, tomo V, Ed. Midozi).
PACHECO JUNIOR E LAMEIRA DE ANDRADE - *Gramática Histórica da Língua Portuguesa.*
PARANHOS DA SILVA - *O Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brasil. Questões de linguística* (Revista Brasileira, VII, Ed. Midozi).
PINHEIRO CHAGAS - *Novos Ensaios Críticos*.
QUINTILIANO - *De l'Instituition Oratoire*.
REMY DE GOURMONT - *Le Latin Mystique.*
RIBEIRO DE VASCONCELLOS - *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*.
RODOLPHO GARCIA - *Dicionário de Brasileirismos*.
ROUSSEAU (J. J.) - *Oeuvres Completes*, vol. 3.
RUI BARBOSA - *Réplica.*
SAID ALI - *Dificuldades da Língua Portuguesa.*
SAINTE BEUVE - *Nouveaux Lundis*, vol. 6.
SILVIO ROMERO - *A poesia popular no Brasil*. (Revista Brasileira, vol. V, ed. Midozi).
TESCHAUER (Carlos) - *Poranduba Rio-Grandense*.
THEOPHILO BRAGA - *Manual de História da Literatura Portuguesa. Parnazo Português Moderno. - Curso de História da Literatura Portuguesa.*
VARNHAGEN - *Florilégio Brasileiro.*
VIRGILIO DE LEMOS - *A Língua Portuguesa no Brasil.*
VITERBO - *Elucidário*.
W. MEYER-LÜBKE - *Introdução ao Estudo da Glotologia Românica.*
WHITNEY (W. D.) - *La Vie du Langage.*

***

Recebido em 14/07/2015
Aprovado e Revisado em 20/07/2015
Publicado em 17/08/2015

Para citar este texto:
SANCHES, E. Língua Brasileira [Introdução], **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Seção Republicação, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 11, p. 187-210, jul. - dez. 2015. (Texto publicado originalmente em SANCHES, E. **Língua Brasileira**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. (Coleção brasiliana, 179) pp. 23-42. Disponível em http://www.brasiliana.com.br/obras/lingua-brasileira; acesso em fev. 2015.)